

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Jornal de Brasília*

Class.: 793

Data: 08.10.83

Pg.: _____

1990 Ponto
de VistaAssociação Brasileira de An-
tropologia
Seção DF — Caixa Postal 15-
2867
CEP 70.919**Quem rouba índio
não é ladrão**

Para o bem de todos e felicidade geral da nação, encerrou-se na terça-feira passada o "caso Juruna". Com a censura da Mesa da Câmara e a "carta de retratação" assinada pelo Deputado Mário Juruna, foi sustada uma crise que ameaçava desflagar um conflito entre os poderes Executivo e Legislativo. Todos, aparentemente, se deram por satisfeitos, mesmo aqueles que tanto haviam insistido na cassação sumária do Deputado Juruna. Essa satisfação geral deixa pairando no ar a pergunta do por quê, afinal, pouco diferia de outros anteriores pronunciados pelo Deputado Juruna e que passaram em brancas nuvens. Esta pergunta, por conter sentidos múltiplos, presta-se a uma grande variedade de interpretações e não é minha intenção explorá-las aqui. O que quero ressaltar são apenas dois aspectos da "carta de retratação".

O primeiro é a própria necessidade de uma tal retratação. No noticiário dos primeiros dias de outubro, lemos várias vezes que alguns dos implicados, por exemplo, o Ministro dos Transportes, dar-se-iam por satisfeitos se o Deputado Juruna pedisse desculpas publicamente àqueles que se sentiram atingidos por seu discurso. Isso só pode ser visto como uma tentativa de "dobrar" esse parlamentar indígena, que se tem destacado na Câmara por sua integridade e empenho em defender os interesses dos desfavorecidos; dobrá-lo, porque o Deputado Juruna põe o seu compromisso com o povo indígena e brasileiro acima dos interesses do governo ora constituído.

Com uma retórica oscilando entre o paternalismo condescendente (é índio, portanto, não é responsável pelo que diz) e o autoritarismo declarado (ofendeu o governo, deve ser sumariamente punido, independentemente das normas internas da Câmara), os representantes do governo inflaram desproporcionalmente a importância do discurso de Juruna para, ao que tudo indica, dar uma lição no Legislativo: dobrando-se Juruna, outros parlamentares poderiam, também, ser dobrados. Foi a estratégia de um governo em desespero de causa, assistindo à derrota de seus decretos e ao desvelamento de escândalos envolvendo representantes seus (apontados, por exemplo, pelo Senador Fernando Henrique Cardoso, em sua declaração ao Jornal de Brasília de 1º de outubro, página 2: "Com essas iniciativas o Governo tenta encobrir e evita responder às inúmeras acusações de negociatas e irregularidades denunciadas exaustivamente pela imprensa com a divulgação de farta documentação").

O segundo aspecto da "carta de retratação" do Deputado Juruna diz respeito ao seu conteúdo. Dois pontos se destacam aí: um, que o parlamentar não quis ofender nenhum membro do governo pessoalmente. Como esta declaração já havia sido feita publicamente por Juruna e amplamente divulgada na imprensa, supõe-se que não deve ter sido o fator de maior peso da carta. O outro ponto, este sim, é, a meu ver, crucial. Diz a carta que o discurso proferido por Juruna a 26 de setembro "trata da situação do indígena brasileiro, quando assiste a suas terras sendo objeto de invasão e de ocupação indevida. (...)

O que significa isto? Quem se deu conta das implicações subjacentes ao fato de que uma tal "retratação" satisfizesse, não só aos membros ofendidos do governo, mas a todo mundo? Por que, do momento em que a ênfase do discurso de Juruna foi deslocada da massa desprovida de brasileiros para a população esbulhada de índios, o que era ofensa deixou de sê-lo e tudo ficou em paz? O que quer dizer isso, senão que roubar índio não é roubo, é a prática normal (e aceita, ao que parece) da nossa sociedade? Que consciência "civilizada" é essa que se sente desagradada com a acusação de estar tomando o que não é seu, desde que o expropriado seja índio?

Imaginemo-nos no lugar do Deputado Juruna, assinando a carta. Será, realmente, uma "retratação"? Qualquer índio que se vê expulso de sua terra, como no atual caso dos Pataxó da Bahia, tem nessa carta a plena confirmação do que disse o Deputado Juruna em seu discurso de 26 de setembro. Só os brancos não vêem isso, pois há muito assumiram o papel de "ladrões de terras indígenas". Roubar os cofres públicos e roubar o patrimônio indígena são vistos pelos ditos "civilizados" como coisas totalmente distintas, incomparáveis. O primeiro é crime, o segundo é prática consagrada. Daí, o alívio geral com a carta de retratação, pois, se roubar índio não é crime, então esvazia-se a acusação que o Deputado fez ao governo. Será que se esvazia?

Alicia Rita Ramos